

Plano Diretor de Goiânia está na reta final

Relatório do projeto de lei começa a ser apreciado na Comissão Mista nesta quarta-feira (5) e deve ir ao plenário na próxima semana para última votação

04/01/2022 - 21:45



Presidente da Comissão Mista da Câmara, Cabo Senna (Patriota), e a relatora do Plano Diretor, Sabrina Garcez (PSD) (Foto: Diomício Gomes)

Vandré Abreu

vandre.abreu@opopular.com.br

Apesar dos pedidos de entidades e moradores para um maior número de audiências públicas e ampliação dos debates, a atualização do Plano Diretor de Goiânia (PDG) entra nesta quarta-feira (5) na reta final. Começa a apreciação do relatório final pelos vereadores que compõem a Comissão Mista da Câmara Municipal às 9 horas,

vereadores que compoem a Comissão Mista da Câmara Municipal às 9 horas, com a intenção de uma nova sessão nesta quinta-feira (6) para a finalização da votação. O documento, até o fechamento desta reportagem, ainda estava sendo finalizado pela relatoria Sabrina Garcez (PSD).

A previsão é que a votação ocorra em mais de uma sessão justamente pela robustez do projeto, que teve a tramitação iniciada em 2019, foi destituído ao Paço em setembro de 2020 após receber 220 emendas parlamentares, e voltou à Câmara no fim de novembro passado. Entre esse período, a Prefeitura criou um Grupo de Trabalho com técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação (Seplanh), vereadores e representantes do mercado

representantes do mercado imobiliário que analisou as emendas e realizou 127 alterações no projeto. No entanto, o documento foi devolvido sem as mudanças, pois estas seriam apresentadas por vereadores da base do prefeito Rogério Cruz (Republicanos) já na Comissão Mista.

A Mesa Diretora da Câmara tinha a intenção de marcar uma sessão plenária extraordinária na próxima terça-feira (11) para a votação final do projeto, que ocorre após apreciação do relatório na Comissão Mista. No entanto, com a previsão de mais sessões para a votação do relatório final, ainda não há convocação para a sessão plenária. Existe a intenção de verificar primeiro o andamento da tramitação na Comissão Mista antes

tramitação na Comissão Mista antes de decidir a data do plenário, mas não há previsão de que ocorra novas audiências públicas para debater o projeto.

A última audiência pública para o debate do projeto foi nesta terça-feira (4), no plenário da Câmara Municipal, em que várias participações populares se deram com o pedido de mais discussões, sobretudo separadas por temas e em bairros diferentes da capital. O principal pedido veio do vereador Mauro Rubem (PT), que em dezembro tinha conseguido na Justiça um mandado de segurança que anulou a audiência do dia 10 daquele mês. Na decisão, a juíza Patrícia Carrijo exigiu que fosse cumprido o prazo de 15 dias entre a convocação

prazo de 15 dias entre a convocação do debate, a partir da publicação dos documentos, e a sua realização.

No dia 20 de dezembro, a Câmara marcou a audiência desta terça-feira (4), o que, no entendimento da Procuradoria-Geral da Casa, cumpre a determinação judicial. Já no começo do encontro, o presidente da Comissão Mista, Cabo Senna (Patriota), informou que seria a última audiência. Nas galerias da Câmara, movimentos sociais ligados ao direito pela moradia se fizeram presente e apoiaram as reivindicações por mais audiências. Houve pedidos para que os encontros ocorressem nas periferias da cidade. Rubem, em sua primeira fala, afirmou que o PDG só havia sido discutido com empresários da capital.

empresários da capital.

Representantes da Associação Pró Setor Sul (Aprosul), da Associação dos Moradores do Setor Jaó (AmoJaó), da Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente (Arca) também se manifestaram para que houvesse mais discussões e alongasse o tempo de tramitação. Ex-vereadores, como Paulo Magalhães e Djalma Araújo, também se manifestaram nesse sentido. Enquanto que o ex-vereador Maurício Beraldo, o advogado Sebastião Ferreira Leite, representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e os vereadores Léo José (PTB) e Henrique Alves, além de Sabrina e Cabo Senna, disseram que o documento já tem tramitação desde 2019 e que as discussões já

desde 2019 e que as discussões já teriam se esgotado, restando o âmbito parlamentar.

O questionamento de quem queria mais tempo para a discussão se baseou na falta de documentos sobre o PDG para a realização do debate, sobretudo com relação ao próprio relatório final e os mapas com os eixos de adensamento e as áreas urbanizáveis. Sabrina apontou que não faria sentido apresentar um relatório final para uma audiência pública que tem o objetivo de discutir mudanças que devem ser descritas no próprio documento. Além disso, ela complementou que os mapas pedidos são sobre emendas que ainda não tinham sido acatadas, e que podem vir a ser no próprio relatório, onde os

vir a ser no próprio relatório, onde os desenhos com as manchas urbanas deverão estar.

Mudanças

No fim da tarde desta terça-feira, a Câmara publicou no próprio site mais documentos sobre o PDG. Foram divulgados os convites para a participação da audiência pública, feitos pelo presidente da Casa, Romário Policarpo (Patriota) a presidentes de entidades e instituições, a ata do debate desta terça e ainda outras emendas parlamentares recebidas nesta semana. O vereador Thialu Guiotti (Avante) pediu que fosse inserida uma alteração no polo tecnológico do Centro de Goiânia, fazendo com que toda a cidade pertencesse a esse polo

toda a cidade pertencesse a esse polo e pudesse receber o benefício fiscal de Imposto Sobre Serviços (ISS) com alíquota de 2%, e não mais 5%.

Além disso, Mauro Rubem propôs mais duas alterações com relação à Rua da Divisa, localizada no Setor Jaó. Trata-se de uma reivindicação dos moradores locais que ocorre desde 2019. A emenda caracteriza a via como local, o que faria com que sua largura se mantivesse em 7 metros. A outra emenda modifica o Corredor Marginal Leste, que passaria a ter o traçado finalizado na BR-153, sem a continuidade para os bairros do outro lado da rodovia. Atualmente, a previsão do corredor é justamente usar a Rua da Divisa, que seria duplicada.

previsão do corredor e justamente usar a Rua da Divisa, que seria duplicada.

O desejo dos moradores do Jaó via associação é manter a via nos moldes atuais. Há uma preocupação com a questão ambiental, sob a ideia que a obra prejudicaria o Córrego Jaó, formado por minas no setor de mesmo nome, e que cruza a Rua da Divisa. Outro ponto debatido pelos moradores em audiências públicas do Plano Diretor é o receio que o Corredor Marginal Leste seja entendido como de adensamento e faça com que seja permitida a construção de edifícios residenciais em suas margens. O Paço Municipal tem dito que se trata apenas de um corredor estrutural, sem adensamento.